

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária
Departamento de Economia

João Henrique Soprani Rodrigues da Silva

A mundialização vista pela teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade.

Barueri

2011

João Henrique Soprani Rodrigues da Silva

A mundialização vista pela teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade.

Monografia apresentada no Curso de Ciências Econômicas com ênfase em Comércio Internacional, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial a obtenção do grau de bacharel em Ciências Econômicas com ênfase em Comércio Internacional.

Orientador: Prof. Claudemir Galvani

Barueri

2011

Esta monografia foi examinada pelos professores abaixo relacionados e aprovada com nota final _____, _____ (_____).

Autorizo a disponibilidade desta monografia na biblioteca da PUC – SP para consulta pública e utilização como referência bibliográfica nos termos vigentes sobre direitos autorais.

Local e data: _____, _____

Agradecimentos

Sou grato a Deus pelo desenvolvimento intelectual obtido, por meio deste trabalho ao término de minha graduação. Agradeço a minha família que tem se esforçado ao máximo para que eu alcançasse o título de bacharel. Agradeço aos meus amigos de classe que, ao longo desses quatro anos e meio, têm me ajudado, incentivado e colaborado para minha formação acadêmica. Agradeço a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e aos professores que proporcionaram minha formação. Agradeço à professora Maria Cristina S. Amorim que, no início deste trabalho me orientou para que optasse por uma pesquisa teórica e, ao meu professor orientador Claudemir Galvani que, além de ser um excelente professor e orientador, possui um enorme censo humanístico com relação ao desenvolvimento de seus alunos.

Resumo

Este trabalho pretende analisar o atual estágio da economia capitalista a partir das teorias que delimitam o pensamento econômico, a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade. Para a teoria do valor trabalho esse estágio define-se como mundialização, enquanto, para a teoria do valor utilidade define-se como globalização.

Presta-se a um estudo teórico, baseado na dicotomia entre as duas teorias e suas respectivas correntes de pensamento. Contudo, demonstra-se empiricamente os impactos, da ideologia neoliberal (fundamentada na teoria do valor utilidade), na economia real.

Palavras chave: Mundialização, Globalização, Valor Trabalho, Valor Utilidade.

Sumário

| | |
|---|----|
| Introdução | 6 |
| Capítulo 1 – Contexto histórico da teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade ... | 9 |
| 1.1 – Abordagem Geral | 9 |
| 1.2 – Teoria do valor trabalho | 11 |
| 1.2.1 – Smith..... | 11 |
| 1.2.2 – Ricardo..... | 13 |
| 1.2.3 – Marx..... | 14 |
| 1.3 – Teoria do valor utilidade | 15 |
| 1.3.1 – Willian Stanley Jevons | 16 |
| 1.3.2 – Carl Menger | 17 |
| 1.3.3 – Leon Walras..... | 17 |
| 1.3.4 – Alfred Marshall | 18 |
| Capítulo 2 – Teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade | 20 |
| 2.1 – Teoria marxista do valor trabalho | 20 |
| 2.1.1 – O valor trabalho | 21 |
| 2.1.2 – A mais valia | 23 |
| 2.2 – Teoria do valor utilidade | 26 |
| 2.2.1 – Fatores que influenciam o valor | 26 |
| 2.2.2 – Pressupostos neoclássicos | 27 |
| Capítulo 3 – Mundialização e Globalização | 29 |
| 3.1 – Globalização | 29 |
| 3.2 – Mundialização | 35 |
| Conclusão | 43 |
| Anexos | 45 |
| Bibliografia | 50 |

Introdução

Este trabalho apresentará um estudo sobre o atual estágio do sistema capitalista, no qual, os mercados nacionais estão interligados, os fluxos de capitais configuram o novo desenvolvimento internacional e a formação da economia mundial. As relações econômicas são complementares entre os países e, cada vez mais, as nações dependem uma das outras.

Para compreender o capitalismo mundial, é necessário antes, compreender o modo de produção capitalista. Há duas abordagens teóricas que explicam o modo de produção, as quais serão demonstradas neste trabalho, trata-se da teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade.

É fundamental identificar a grande dicotomia que se faz entre as duas teorias do valor, pois é a partir delas que se desenvolvem os estudos econômicos. Neste trabalho será explícito o caráter político da economia, que se evidencia pelo estudo da teoria do valor trabalho e também, o desenvolvimento da ciência econômica apresentado na teoria do valor utilidade.

No entanto, deve-se considerar a complexidade da discussão teórica, de forma que, o objeto deste trabalho se limita a exposição da mundialização sob a ótica das duas teorias.

A teoria do valor trabalho surge com Adam Smith, depois se desenvolve com Ricardo e se completa com Marx. Entretanto, a teoria do valor utilidade surge com a escola neoclássica em contraposição à teoria do valor trabalho e possui como maior idealizador Alfred Marshall.

A riqueza, segundo a teoria do valor trabalho, surge das relações humanas, em que, parte da sociedade enriquece por meio da exploração da maioria. Gerando assim, a desigualdade que divide a sociedade entre classes de exploradores e explorados, logo, a riqueza de um depende da pobreza do outro.

Enquanto, a teoria do valor utilidade demonstra o surgimento da riqueza por meio das relações dos homens com as coisas, em que, modificam ou criam bens de

acordo a sua necessidade. As relações humanas são harmoniosas, pois todos são livres para se relacionar no mercado e, a remuneração de cada um corresponde à sua contribuição ao processo produtivo, não havendo divisão social nem lutas de classes.

O pensamento econômico se desenvolve a partir dessas duas teorias, que proporcionam a escolha da linha de pensamento utilizada para interpretar os cenários econômicos. O debate é ideológico e está envolto de moralidades e interesses individuais, por isso retoma-se o conceito de economia política.

O caráter político da economia define o desenvolvimento da humanidade, que Marx analisa por meio do materialismo dialético baseado nas contradições sociais, políticas e econômicas, que se fazem entre o explorador e o explorado, o rico e o pobre, o desenvolvido e o subdesenvolvido. Com isso, se explica os dias atuais de maior prosperidade histórica da raça humana, com alta tecnologia e produção de alimentos em escala, a disparidade de milhares de pessoas vivendo à margem de toda essa riqueza e desenvolvimento, na miséria.

As relações econômicas definem as condições de vida da humanidade, dessa forma, o debate econômico é a exposição teórica da disputa de interesses. Portanto, a contribuição deste trabalho a esse debate se demonstrará a favor do bem estar da maioria, com menor desigualdade social e maior prosperidade em geral.

Este trabalho destina-se a compreender e discutir o processo de mundialização do capitalismo atual, para que então, se desperte novas interpretações e diferentes opções das que estão impostas. Essa é para Chesnais (1996), a função crítica do intelectual de compreender a realidade ao ponto de intuitivamente propor novos caminhos a serem seguidos.

O trabalho será abordado sob o aspecto bibliográfico privilegiando autores de diferentes correntes de pensamento. O formato incluirá essa introdução, três capítulos e conclusão.

No primeiro capítulo será demonstrado o desenvolvimento histórico do pensamento econômico desde os autores clássicos, Marx, neoclássicos e Keynes. Para

esse estudo serão utilizadas as obras de história do pensamento econômico de E. K. Hunt (1982), Henri Denis (2000) e Araújo (1988).

No segundo capítulo será descrito o conteúdo da teoria do valor trabalho segundo Marx e o conteúdo da teoria do valor utilidade segundo os neoclássicos, com os pressupostos que sustentam cada tese.

No terceiro capítulo será analisado o modo que as duas teorias analisam e interpretam o sistema capitalista mundial, sob o termo globalização e mundialização. A teoria do valor trabalho admite o caráter político das relações internacionais, enquanto a teoria do valor utilidade assume as relações entre os países como estritamente comerciais, sendo são vantajosas a ambos participantes.

Na conclusão serão abordadas as duas teorias com relação à globalização e a mundialização. Constatando que, em minha opinião, a teoria marxista é a mais adequada para explicar o atual estágio do capitalismo.

A partir disso, será ressaltada a ineficiência do sistema capitalista e a incoerência da teoria do valor utilidade com relação à economia mundial. De forma que, as crises são inerentes ao capitalismo e o *laissez-faire* uma verdadeira utopia.

Será revelada a moralidade do discurso econômico da globalização que tenta se ocultar na objetividade dos cálculos matemáticos e, na exatidão da ciência econômica, mas acaba beneficiando apenas, uma minoria à custa da exploração da grande maioria.

Sob esses aspectos será concluído que, a teoria econômica, por meio das políticas econômicas, reflete o bem estar da sociedade. Portanto, a insatisfação com os atuais níveis de bem estar, tornam necessárias mudanças de políticas econômicas. Com isso, evidencia-se a necessidade de evolução do atual pensamento econômico, de forma que, se obtenha melhores resultados sociais para humanidade como um todo, para assegurar o desenvolvimento das próximas gerações e a evolução social.

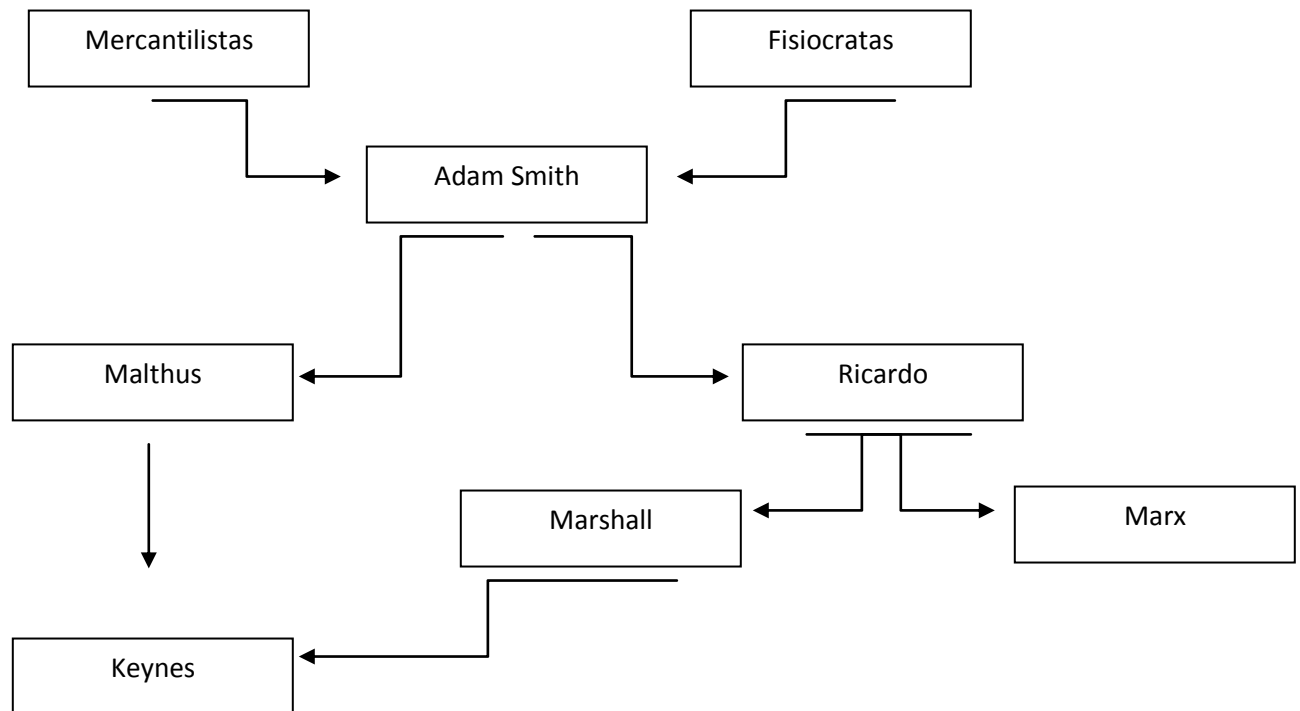
Capítulo 1 - Contexto histórico da teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade

1.1 Abordagem Geral

O desenvolvimento da teoria econômica baseia-se nas diferentes opiniões de seus pensadores. A ciência caracteriza-se na capacidade de produzir diversas interpretações para um mesmo fenômeno devido ao fato de suas variáveis estarem ligadas ao comportamento humano, logo, a posições políticas. A riqueza da teoria está em desenvolver-se por meio de novos debates.

Para demonstrar a evolução do pensamento econômico, segue abaixo diagrama elaborado pelo professor Luiz Carlos Meregé, citado por Araújo (1988).

Figura 1 – Diagrama de evolução do pensamento econômico.



Fonte: Meregé in Araújo (1988).

Sob influência dos mercantilistas e fisiocratas, surge Adam Smith que inicia o desenvolvimento da teoria do valor trabalho por meio do trabalho como uma “medida

invariável de valor”. Após Adam Smith aparece Ricardo aprimorando a teoria do valor trabalho. Em outra linha de pensamento há Malthus, cuja maior contribuição foi a “teoria da população¹”, que posteriormente contribuiu para a formação do pensamento keynesiano. Sucedendo a teoria de Ricardo, surgem Marx e Marshall, os quais definem os limites do pensamento moderno sobre a teoria marxista e neoclássica respectivamente. Em 1929, ano da crise na bolsa de valores de Nova York, desenvolvem-se as idéias de Keynes, que fora discípulo de Marshall, mas discordava dos postulados neoclássicos, defendia maior intervenção econômica estatal e o desemprego involuntário.

Contudo, os limites do pensamento moderno são demarcados pela dicotomia entre a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade. A teoria do valor trabalho apresenta o caráter exploratório das relações sociais, marcado por conflitos de classes e de interesses. Enquanto a teoria do valor utilidade demonstra harmonia e fraternidade social, consolidados pela liberdade de trocas, substanciado na utilidade marginal, conceito que será demonstrado no próximo capítulo.

Ainda que Walras, neoclássico, dizia que seus escritos eram “ciência pura”, não corrompidos nem viciados por qualquer julgamento moral, a formulação de o espírito capitalista em Weber (2007) mostra o contrário, que o desenvolvimento capitalista está guiado por conceitos morais, éticos e crenças. Por meio desses, mantêm-se a ordem das relações harmoniosas e até mesmo a fraternidade prevista na teoria neoclássica. Para Marx, o desenvolvimento do capitalismo possui caráter moral, que se torna viável em função de uma “super estrutura” que agrega base econômica, jurídica e ideologia do povo, sob atuação do Estado.

Paul Singer (1996) declara as divergências entre as duas teorias não como um debate que se dá meramente no plano da interpretação ou contradição dos fatos, mas como a interpretação da vida social, da evolução da sociedade e dos rumos desta evolução, e que este não é um debate objetivo. É um debate ideológico que serve de

¹ A teoria da população de Malthus tem o objetivo de justificar a ordem liberal fundada na propriedade privada e a desigualdade social. Para Malthus os meios de subsistência nunca acompanham o aumento da demanda da humanidade, com isso, a desigualdade permite a melhora de uma parte dos indivíduos, porque leva a limitação do crescimento demográfico.

estrutura para o desenvolvimento das grandes teorias relacionadas ao capitalismo e o comércio internacional, as quais serão abordadas no terceiro capítulo desse trabalho.

1.2 Teoria do valor trabalho

A teoria do valor trabalho tem seu primeiro desenvolvimento com Adam Smith, em seguida com Ricardo e por fim com Marx. Será feita uma breve apresentação das idéias que antecederam a teoria de Marx.

1.2.1 Smith

A teoria do valor de Smith apresentou idéias que servem de base para o desenvolvimento da teoria do valor trabalho marxista, na qual o processo de produção pode ser reduzido aos esforços humanos e a produtividade está ligada à extensão ou à elaboração do processo de trabalho para criação do produto, que também pode ser um instrumento para produção de outro produto.

Smith, em Napoleoni (2000), apresenta: “O trabalho é a medida real do valor em troca de todas as classes de bens”... “trabalho foi o preço primitivo, a moeda primeira que serviu para pagamento e a compra de todas as coisas, não foi com ouro e a prata, mas sim com o trabalho, que se processou de início, em todo o mundo, a aquisição de todas as formas de riqueza”.

Trabalho produtivo é aquele que reproduz o valor dos próprios meios de subsistência e também um valor adicional (renda ou lucro), portanto possui valor de troca.

Segundo Smith, a capacidade produtiva se dá pela divisão do trabalho com a especialização das operações produtivas por cada trabalhador, cada um desempenhando apenas uma função complementar a outra. O aumento da produtividade se dá pela especialização e resulta em maior riqueza. A especialização fomenta a integração social, pois por meio das trocas as pessoas adquirem seus bens para satisfazer suas necessidades de consumo, também se evidencia o interesse humano de persuasão como uma tendência natural de promover trocas.

Smith faz a distinção entre mão de obra direta e indireta. A mão de obra indireta produz meios de produção, ou instrumentos que servirão para produzir novos bens. A mão de obra direta é o trabalho que usa os meios de produção, ou seja, o trabalhador que opera máquinas.

Smith define como produto global a soma do salário, a renda e o lucro. O salário é a condição mínima para reprodução do trabalho, a renda é devida à propriedade da terra e o lucro é a recompensa pela antecipação do capital. O produto líquido é o produto global menos o salário - somente renda e lucro. A definição de preço natural para Smith é o produto global na esfera da produção, no entanto conforme a oferta e a procura o preço de mercadoria oscilará, mas deverá se manter nesse patamar. Os preços de mercado oscilam em torno do preço natural e forma um preço de equilíbrio.

O produto é distribuído entre as classes sociais dos trabalhadores assalariados, proprietários de terra e capitalistas. A riqueza se dá pela quantidade de trabalho alheio adquirido, pois somente com o esforço pessoal obtêm-se pouca parcela de riqueza. A economia pode se conduzir a um estado estacionário se os capitalistas e proprietários de terra gastar seu lucro e renda em consumo improdutivo. O lucro é remuneração pela inspeção e direcionamento do trabalho e não tem necessária relação com o trabalho, porém a concorrência tenderia a igualar os lucros.

Os salários para Smith tenderiam a manter-se no nível de subsistência do trabalhador, da cesta básica para se alimentar e reproduzir. O nível do salário está correlacionado ao processo de acumulação, quando há um aumento nos salários haverá aumento no nível demográfico, o que resultará num aumento da oferta de trabalho, com isso, queda no nível de remuneração do trabalho.

De acordo com a crítica de Ricardo, em Napoleoni (2000), a teoria de Smith é vulnerável na determinação dos valores relativos. Pois a quantidade de trabalho contido na mercadoria não pode ser posta em confronto com a quantidade de “trabalho vivo” que, como capital, essa mercadoria poderá demandar. Devido ao fato de que, dessa forma não seria realizada uma troca real, mas uma troca por analogia, pois a troca real

se faz entre o capital e a força de trabalho que no processo de produção possuem iguais quantidades de trabalho contido.

Hunt (1982) evidencia dois pontos fracos nas idéias de Smith. O primeiro é com relação aos componentes do preço: os salários, lucros e rendas, pois esses mesmos são preços e, uma teoria que se baseia em outros preços para explicar o preço em geral acaba utilizando um elemento de circularidade, sem embasamento teórico. O segundo é o fato de que a teoria levava a conclusões sobre o nível geral de todos os preços, em outras palavras, o poder aquisitivo da moeda, e não aos valores relativos de diferentes mercadorias.

1.2.2 Ricardo

Para Ricardo o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho nela incorporada, ou seja, pelo custo do trabalho. Esse custo é calculado em trabalho imediato ou trabalho mediato. Trabalho imediato é o custo em trabalho do trabalhador e o trabalho mediato é custo incorporado às máquinas.

“Portanto, atrás do preço da mercadoria está o valor, atrás do valor estão os custos de produção, atrás dos custos de produção está o trabalho humano, porque todo o custo pode, em última análise, ser decomposto em sua expressão mais simples que é o trabalho.” (Araújo, 1988).

A utilidade faria os preços oscilarem em certo patamar, mas não determinava o nível desse patamar, porque o preço não poderia ser explicado unicamente por um elemento subjetivo. Na determinação do preço deve haver um elemento objetivo que só pode ser o trabalho humano.

De acordo com Araújo, Ricardo percebeu que sua lei tinha exceções, pois em obras de arte ou vinhos finos o preço não era determinado pelo trabalho. O custo em trabalho só explica o valor quando se trata de bens que “a indústria humana pode reproduzir de maneira praticamente ilimitada”.

Para Ricardo, toda mercadoria tem dois preços, o preço natural e o preço de mercado. O preço natural equivale-se ao valor e o preço de mercado oscila em torno desse valor, conforme a oferta e procura.

Segundo Henri Denis (2000), para Ricardo os movimentos dos preços dependem das variações dos produtos e não das flutuações dos salários. Pois o custo de trabalho só representaria o valor quanto se tratasse de bens que a indústria humana poderia reproduzir de maneira ilimitada.

1.2.3 Marx

A teoria marxista do valor trabalho foi desenvolvida para entender o modo de produção capitalista. A teoria é definida pela função social de cada indivíduo segundo a divisão de classes. De um lado há os detentores dos meios de produção e do outro há os detentores da força de trabalho. Os quais se relacionarão pelo mercado e a força de trabalho expropriada dará origem à mais-valia, o lucro, juros, renda e o valor da força de trabalho será o salário. Para entender o modo de produção capitalista é necessário o entendimento da teoria do valor trabalho, pois é esta a idéia central do dinamismo da economia capitalista mundial.

A teoria de Marx é a evolução da teoria do valor trabalho da escola clássica, principalmente, a partir de Ricardo.

Marx introduz os conceitos de valor de uso e valor de troca. Valor de uso é o valor de satisfazer as necessidades humanas, a utilidade da mercadoria. Valor de troca é o valor equivalente a outra mercadoria, para que um bem seja mercadoria é necessário possuir valor de troca, por meio deste as mercadorias são inter cambiadas.

Marx utiliza o conceito de preço natural de Smith, no entanto se refere como preço de equilíbrio de produção, que sob atuação da oferta e a demanda faria o preço oscilar em torno desse patamar de equilíbrio da produção. Araújo (1988) cita: “É o trabalho cristalizado nos vários bens que determina o nível acima ou a baixo do qual oscilarão os preços de oferta e procura”.

Concordando com Ricardo e Smith, Marx considera que o valor do salário é o valor que garante o nível de subsistência do trabalhador, o valor da cesta básica, para manutenção do trabalho.

A teoria marxista apresenta o conceito de mais valia, que é o trabalho excedente do trabalhador, expropriado pelo capitalista na forma de lucro, é o trabalho não pago. (Vide capítulo 2).

1.3 Teoria do valor utilidade

A teoria do valor utilidade ou marginalista desenvolveu-se em 1870 no período da *revolução marginalista*. Destacam-se Willian Stanley Jevons, da Inglaterra, Carl Menger, da Áustria, Leon Walras, da Suíça e Alfred Marshall, da Inglaterra, como os principais pensadores dessa teoria que atualmente é a base teórica para o desenvolvimento do capitalismo global.

Os marginalistas estudam as relações entre as pessoas e coisas, contrapondo-se à teoria do valor trabalho que estuda as relações entre pessoas. Os conceitos de escassez são utilizados para definir o valor das mercadorias de acordo com a disponibilidade do bem no mercado, devido à escassez ou abundância o valor oscilará.

Com aumento da escassez de um bem, maior será sua utilidade e a utilidade diminui quanto maior for sua quantidade à disposição. A utilidade marginal cresce de acordo com a escassez do produto, em outras palavras, a utilidade marginal cresce em taxas decrescentes.

A teoria marginalista destaca o caráter subjetivo do valor em que depende exclusivamente do estado psicológico do consumidor, da força de atração ou da necessidade que o bem exerce sobre ele para que se determine o valor.

O contexto histórico da revolução marginalista, foi o período base de desenvolvimento do capitalismo, com isso, era necessário a criação de uma teoria que defendesse o lucro, a renda e o salário sem caráter exploratório.

Onde não houvesse conflitos nem distinção de classes, num mundo em que as pessoas receberiam de acordo com o que trabalhavam, cada um como merecia. O trabalho era visto como enobrecedor e necessário para se aproximar de Deus.

1.3.1 Willian Stanley Jevons

Para o utilitarismo o valor depende da utilidade, com influência da troca como fator determinante do valor da mercadoria.

Definem-se pessoas como agentes de consumo que extraem utilidade das mercadorias, maximizadoras racionais e calculistas em busca de maximizar o prazer.

As relações sociais são marcadas pela harmonia de um procurador rico e o trabalhador pobre que por meio da livre troca de trabalho se beneficiava com a riqueza do procurador.

“A natureza da riqueza e do valor é explicada pela consideração de quantidades infinitamente pequenas de prazer e de dor. Afirimo que todos os autores sobre economia têm que ser matemáticos para poderem ser científicos.” (Jevons em Hunt 1982).

Está claro o novo conceito de economia proposto pelos marginalistas, em que abandona-se a economia política, criando a ciência econômica. O valor é definido somente pela subjetividade e a matemática caracteriza a superioridade da nova teoria econômica.

Contrário aos conflitos de classes, acredita-se em uma harmonia social, na qual todos são irmãos e o conflito do trabalhador com o capitalista é ilusão. “Todo trabalhador tem que ser considerado, bem como o proprietário de terra e o capitalista, uma pessoa que traz para a riqueza comum, uma parte de seus elementos componentes, tentando conseguir a maior participação na produção que as condições de mercado lhe permitiam exigir” (Hunt 1982). Um mundo fraternal e harmonioso.

“A perfeita liberdade de troca tende a maximizar a utilidade seria a mão invisível com nova formulação científica” (Hunt 1982). O principal objetivo era provar que os lucros não eram inversamente proporcionais aos salários e que por isso a teoria do valor trabalho era errada.

1.3.2 Carl Menger

A utilidade por meio da oferta e da procura determina os níveis de preços e, a quantidade demandada de uma mercadoria é inversamente proporcional ao preço. Ou seja, quanto maior o preço, maior será a utilidade e menor será o consumo. Quanto menor o preço, menor será a utilidade e maior será o consumo.

Para Menger, em Hunt (1982) a teoria do valor trabalho é “um dos erros fundamentais mais clamorosos e que teve as maiores consequências do desenvolvimento passado de nossa ciência”.

Definiu os bens em bens de primeira ordem e bens de ordem superior. Os de primeira ordem eram os bens de consumo, os de ordem superior eram os fatores de produção.

“A economia humana e a propriedade têm uma origem econômica comum, já que ambas têm como razão última de sua existência o fato de existirem bens cujas quantidades disponíveis são menores que as necessidades dos homens. Portanto, a propriedade, como a economia humana, não é uma invenção arbitrária, mas a única solução prática possível do problema que é, pela própria natureza das coisas, imposto aos homens pela disparidade entre as necessidades de todos os bens econômicos e as quantidades disponíveis destes bens.” Menger em Hunt 1982. Por meio de afirmações como essas que o capitalismo global tem se desenvolvido com tamanhas disparidades, entre nações extremamente ricas e desenvolvidas e, nações extremamente miseráveis e subdesenvolvidas.

A propriedade é a resolução da disparidade entre as necessidades de todos e as quantidades disponíveis dos bens econômicos. As rendas do capital e da terra são absolutamente necessárias e inevitáveis.

1.3.3 Leon Walras

Para Walras a economia se desenvolve quase que inteiramente sob a perspectiva da troca, sua análise baseia-se na esfera da circulação.

Os juros são o pagamento do capital, a renda é o pagamento da terra e o salário é o pagamento do trabalho. A somatória disso tudo é o valor do bem em equilíbrio. Em equilíbrio não há mais valia nem lucro, somente em desequilíbrio. Não importa quem seria o empresário, poderia ser o proprietário de terra, o próprio trabalhador, ou o capitalista. Todos são maximizadores de troca.

Seguem alguns postulados de Walras que representam a sua “verdade pura”:

“A livre troca maximizava a utilidade total e que por isso, o capitalismo *laissez faire* oferecia o melhor mundo possível.” Capitalismo *laissez faire* caracteriza-se pelas relações livres de trocas sem intervenção do Estado.

“A propriedade... estava em conformidade com a justiça.”

“O capitalismo concorrencial maximizava o bem estar social”

1.3.4 Alfred Marshall

Desenvolve a teoria de interação das famílias e das firmas, que por meio das trocas as famílias buscam a minimização da dor do trabalho ou da espera e, o aumento do prazer com o consumo dos bens. Por outro lado, atuava a firma com seu comportamento maximizador dos lucros. Com isso, cria a teoria da firma que caracteriza o processo econômico do comportamento racional, calculado e maximizador dos agentes econômicos, firmas e famílias.

Mantêm as premissas dos neoclássicos anteriores com a utilidade decrescente, por meio das trocas. Porém, determina uma curva negativa de procura através da curva

de utilidade, que define a curva de procura de certa mercadoria por meio da soma das procuras individuais.

O trabalho tem utilidade marginal negativa ou falta de utilidade, com isso, o aumento da quantidade de trabalho faz com que sua utilidade diminua. Isso acontece devido às más condições de trabalho, fadiga, cansaço, entre outros fatores.

Marshall demonstra sobriedade em suas análises quando admite reformas necessárias para o funcionamento menos cruel do sistema econômico e não desenvolve uma teoria completa da propriedade, como fizeram seus antecessores. No entanto, evidencia-se a importância de sua teoria da firma quando, atualmente é muito utilizada nos cursos de microeconomia para formação de novos economistas.

Capítulo 2 - Teoria do valor trabalho e teoria do valor utilidade

Este capítulo tem o objetivo de descrever as duas teorias. Não é um debate objetivo, e sim ideológico. Há grandes divergências entre os autores, no entanto a produtividade do debate está em respeitar as diferentes opiniões, e a partir dessas desenvolver novas conclusões.

Assim como Singer (1996), ressalta que para os autores neoclássicos o marxismo é ultrapassado e nem é apresentado em seus manuais, os marxistas, também, excluem a teoria neoliberal de seus ensinamentos. Com isso, há um distanciamento teórico entre as duas escolas, prejudicando o desenvolvimento do pensamento econômico.

2.1 Teoria marxista do valor trabalho

A teoria marxista define o trabalho como gerador de valor às mercadorias, que se viabiliza por meio do modo de produção capitalista, no qual a acumulação de capital depende do progresso das forças produtivas, com isso, a teoria do valor dá subsidio para todo o entendimento do capitalismo.

No sistema capitalista atual há dois modos de se acumular riqueza: 1) produzindo ou 2) especulando. Porém, não se pode especular sem que haja um sistema de produção que viabilize a especulação. Com a expansão da especulação gera-se “bolhas” no sistema financeiro, que representam o descolamento com relação ao sistema produtivo, o sistema financeiro será apresentado no terceiro capítulo.

A análise marxista do sistema econômico caracteriza-se pelas relações de exploração, que se fazem no primeiro momento entre o capitalista e o trabalhador e, em segundo momento dos países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. São dessas relações que se extrai riqueza e conseqüentemente forma-se desigualdade social e a disparidade entre os países.

2.1.1 O valor trabalho

O trabalho se apodera de coisas que estão na inércia com um possível valor de uso, emprestando-lhes vida, de forma que tenham real valor de uso. É motivado pelo objetivo de criar valor de uso, para promover a satisfação das necessidades humanas. Segundo Marx (2006), é a condição natural eterna da vida humana.

Em *O Capital* no primeiro volume, Marx pressupõe trabalho sob forma exclusivamente humana, pois o que distingue o trabalho humano do trabalho animal é que o humano imagina o resultado do seu trabalho. Antes de construir uma casa ele irá imaginá-la edificada. Toma-se como definição do trabalho o dispêndio do trabalho humano, dos músculos, do cérebro, dos órgãos. No trabalho participam o homem e a natureza, processo em que o homem com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercambio material com a natureza e apropria-se dos recursos naturais a fim de produzir forma útil à vida humana. O trabalho que interessa para teoria de Marx é o trabalho organizado, assistido pelas relações de produção.

Essas relações definem-se entre o capitalista consumidor, ou comprador do trabalho, e o trabalhador, vendedor do trabalho. O trabalho é uma mercadoria de propriedade do capitalista, pois ele que o comprou. Ou seja, há uma relação de troca entre força de trabalho e salário.

O processo promovido pela troca, da venda e compra de força de trabalho, coloca o trabalho como comum a todas mercadorias. Com isso, os trabalhos em diferentes ramos da economia estão relacionados dentro do mercado. O que corresponde à igualação do trabalho.

O valor de troca, que caracteriza uma mercadoria, é obtido por meio da quantidade de horas de trabalho incorporadas em dois tipos de trabalho: trabalho concreto, é o trabalho que cria valor de uso; trabalho abstrato, é o trabalho que cria valor de troca.

O trabalho concreto é o trabalho que o ser humano utiliza-se dos elementos naturais para criar produtos ou meios de produção para satisfazer suas necessidades.

O trabalho abstrato ocorre por meio de um fenômeno social, que se encontra na igualação do trabalho dentre diferentes ramos da economia. De modo que, o trabalho de um costureiro é igualado ao trabalho do produtor de ouro. Vinculados em um sistema unificado de trabalho social, que os transforma de trabalho privado em trabalho social.

Contudo, há a forma de trabalho social necessário, que define a quantidade de tempo socialmente necessária para produção de uma mercadoria, ou seja, o valor está vinculado à quantidade de trabalho que se define por meio da quantidade gasta em horas de trabalho. Com isso, quanto maior a produtividade do trabalho menor a quantidade de trabalho na produção de cada mercadoria.

O que caracteriza o trabalho abstrato é abstração das formas concretas de trabalho. O trabalho não é uma categoria fisiológica, mas uma categoria social histórica. (Rubin 1980).

O trabalho vivo² apodera-se das coisas para transformá-las em valores de uso reais e efetivos, o trabalho lhes empresta vida para cumprirem suas funções, de produtos para o consumo individual como meio de subsistência ou como meio de produção. Trata-se de consumo produtivo, que são os meios consumidos pela força de trabalho.

O valor trabalho tem a base do seu fundamento no fetichismo³ da mercadoria, idéia central de que em uma economia capitalista as relações entre as pessoas adquirem necessariamente uma forma material e só pode ser realizado sob esta forma, o trabalho está oculto ou contido no valor e o valor é trabalho “materializado”.

O foco está na análise das relações sociais de produção que somente se expressam nas transações de troca. O valor é proporcional ao chamado “preço de

² Trabalho vivo é um termo utilizado por Napoleoni (2000) para sintetizar o trabalho como o dispêndio de energia do ser humano, que cria, modifica e produz coisas de acordo com o interesse produtivo.

³ Fetichismo é um termo utilizado por Marx, em O Capital, para expressar que as relações interpessoais do sistema capitalista assumem caráter material da forma valor, por meio do processo de troca que precifica as relações sociais, nas quais as mercadorias, inclusive a mercadoria trabalho, adquirem valor segundo o fetichismo que lhe é concebido.

produção”, que é igual ao custo de produção do produto mais o lucro sobre o capital investido.

O processo de trabalho é o processo de utilização da força de trabalho, em que o comprador consome, fazendo com que o vendedor trabalhe. Para que o trabalho reapareça nas mercadorias é necessário que se produza valores de uso, coisas que sirvam para atender as necessidades humanas. O produto é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas, desse modo, o trabalho está incorporado ao objeto que atuou na criação do produto.

Há produtos do trabalho destinados a servir de meio de produção que não são apenas resultados, mas também instrumentos do processo de trabalho de outros produtos. São valores de uso que podem ser considerados matérias prima, meios de trabalho ou produtos, dependendo da função que ele ocupa.

A troca é parte do processo de produção, pois por meio dela se dá o caráter social e a criação do valor.

2.1.2 A mais valia

Marx cria o conceito de mais valia para explicar a origem do lucro, juro ou renda da terra, ou seja, a origem da remuneração daqueles que não são os trabalhadores.

A expressão do valor é utilizada para demonstrar a divisão de classes e define-se da seguinte forma:

$$\text{Valor Total} = c + v + m.$$

A variável “c” representa o capital constante, que se refere aos meios de produção, máquinas, fábricas, matérias primas entre outros. A variável “v” é o capital variável que se refere ao salário, o custo de sobrevivência do trabalhador. E “m” é a mais valia, é o criado pelo trabalho, mas expropriado do trabalhador em benefício do capitalista.

O trabalho é a origem de todo o valor, portanto, todos que não trabalham, mas possuem renda, se beneficiam do trabalho. Desse modo, aquele que trabalha não recebe toda a renda devida do seu trabalho.

O fato de o trabalhador não receber toda a sua renda está correlacionado ao processo de troca da economia capitalista. Num cenário em que os meios de produção são propriedades privadas e não estão disponíveis ao trabalhador.

No cenário econômico que não há propriedade privada toda a produção é propriedade do trabalho, entretanto, com a existência da propriedade privada o resultado da produção se divide entre o trabalhador e o proprietário. Com a propriedade privada e o capital introduzidos no processo produtivo o resultado da produção será dividido entre o trabalhador, o proprietário e o capitalista.

Essa divisão decorre da distinção entre os proprietários dos meios de produção, proprietários do capital e os trabalhadores, criando na sociedade capitalista, classes distintas, definidas por Marx como capitalistas e trabalhadores.

A privação dos meios de produção ocorre de forma injusta desde a acumulação primitiva de capital⁴, que se deu de forma violenta e forçada dos meios de produção. Durante o processo de acumulação primitiva a terra foi o principal bem a ser privatizado.

Portanto, a mais valia é o trabalho não pago, o trabalho expropriado de seu criador, sem vínculos éticos ou morais, a benefício próprio, fruto do egoísmo.

A exemplificação da mais valia se dá por meio da jornada de trabalho. Em um processo de produção em que a jornada diária de trabalho é de oito horas, pode-se considerar que o trabalho pago referente ao salário do trabalhador diz respeito a quatro horas diárias. As horas pagas são referentes ao tempo necessário para produzir as mercadorias e garantir o custo de reprodução do trabalhador. Com isso, as quatro horas restantes são a mais valia, ou seja, lucro, juro ou renda.

⁴ Acumulação primitiva é um conceito utilizado por Marx para explicar a transição do Feudalismo para o Capitalismo, em que a terra, como principal meio de produção, era um bem de toda sociedade, mas tornou-se privada e os bens agrícolas deixaram de ser propriedade exclusiva do trabalho.

A mais valia pode-se distinguir entre absoluta e relativa. A mais valia absoluta tem origem no aumento da quantidade de horas de trabalho extraída pelo capitalista, ou seja, se a jornada de trabalho que era de oito horas por dia, passa a ser de dez horas. A mais valia relativa tem sua origem no aumento da produtividade do trabalho, ou seja, com o aumento da tecnologia empregada o trabalhador que produzia dez unidades de mercadoria por dia, passa a produzir vinte, mas seu salário não aumenta.

Contudo, no contexto da economia capitalista pode-se ir além, pois os salários tendem ao custo de sobrevivência do trabalhador. No que Marx define como custo de reprodução do trabalhador. De modo que, o trabalhador consiga subsistência para si e para sua família.

Nesse ponto, há concordância em ambas as teorias, pois os neoclássicos definem que o aumento de salário elevaria o custo da mão de obra e, pelo fato da abundância de trabalhadores, a oferta de trabalho baixaria esses custos.

Para que se mantenha o custo baixo da mão de obra, Marx define o *exército industrial de reserva*. Que nada mais é do que o desemprego involuntário rejeitado pela teoria neoclássica. De forma que a manutenção dos baixos salários é consequência de um excesso de mão de obra disposta a trabalhar por salários baixos.

Com isso, mesmo que haja politização entre os trabalhadores e esses comecem a reivindicar melhores condições de trabalho e salários, os capitalistas não se intimidariam, pois há milhares de trabalhadores desempregados vivendo na miséria que se dispõem a trabalhar nessas condições.

Portanto, a teoria do valor trabalho é a lei fundamental do modo de produção capitalista, encontra maior motivação na mais valia como a remuneração do capitalista, que surge como lucro, juros ou arrendamento. É dessa forma que, segundo Belluzzo, “o processo de acumulação nasce das entranhas do sistema capitalista, irrompe do antagonismo de suas relações de produção, ao mesmo tempo em que se reconstrói continuamente”.

2.2 Teoria do valor utilidade

Define-se valor de acordo com o grau de utilidade dos bens, entretanto a utilidade varia com o comportamento subjetivo dos agentes, a escassez do bem e as variações do mercado. Para se entender a teoria é necessária a compreensão dos fatores que influenciam o valor e dos pressupostos neoclássicos que serão apresentados.

2.2.1 Fatores que influenciam o valor

O comportamento subjetivo é definido pela satisfação das necessidades humanas, conforme as preferências individuais. Por conseguinte, quanto maior a capacidade da mercadoria de satisfazer as necessidades humanas, maior será o seu grau de utilidade, logo, maior será o seu valor.

O conceito de escassez interfere no grau de utilidade conforme for à disponibilidade do bem. Quanto maior for a escassez de um bem, maior será o seu valor, por exemplo, o ouro. Assim como no exemplo utilizado por Marshall (1985), o sal é um bem de alta utilidade, na sua função de salgar, porém, há muita disponibilidade desse bem, o que resulta em baixa utilidade marginal e, em um baixo valor de mercado, preço. Ainda que o ouro não seja útil como o sal à vida humana, devido à escassez torna-se um bem de maior valor.

O grau de utilidade da mercadoria é influenciado pela *lei de proporcionalidade das utilidades marginais*, que relaciona, por meio do mercado as utilidades de cada produto, determinando a utilidade marginal de um produto com relação a outro. Ou seja, como no exemplo utilizado por Henri Denis (2000), 1 litro de vinho custa 4 francos e 1 quilo de pão custa 1 franco, portanto, a utilidade marginal do vinho é 4 vezes maior do que a utilidade marginal do pão.

O valor das mercadorias é definido pelo valor de uso e valor de troca, em que o valor de uso representa a utilidade dos bens e, o valor de troca é igual à utilidade marginal dos bens. A utilidade marginal é a função da utilidade mais a escassez, de

forma que quanto maior for a utilidade e a escassez, maior será o valor, porém quanto menor a escassez e a utilidade, menor será o valor.

2.2.2 Pressupostos neoclássicos

O trabalho é anterior à troca e desaparece nesse processo. Com isso, a teoria do valor utilidade não se importa com o valor anterior à troca, portanto, o valor da mercadoria não é medido pelo trabalho, mas pela utilidade marginal do bem.

O conceito de utilidade marginal é utilizado para explicar a remuneração do trabalhador que varia de acordo com a utilidade da produção, a oferta e a demanda. Isso significa que o processo de produção está enraizado na livre troca e que, quanto menor a escassez do trabalho, menor será sua utilidade e menor o seu preço. Percebe-se, a intenção de se assegurar o valor dos serviços de acordo com a oferta do trabalho, pois sempre há abundância de “homens livres” ofertando serviços.

Não há divisão social entre capitalistas e trabalhadores, existem apenas “homens livres” que se relacionam, no mercado, da melhor forma possível. Cada um recebe a remuneração proporcional à sua contribuição com a produção.

A teoria do valor utilidade nega a existência do desemprego involuntário, o que existe apenas, são níveis de remuneração incapazes de fazer com que o indivíduo saia do ócio e trabalhe.

A partir dos novos fundamentos define a riqueza como o meio de satisfazer as necessidades e como resultado de esforços. Com isso, não há relações sociais de exploração, pois os indivíduos são produtores independentes de mercadorias que possuem liberdade para se relacionarem no mercado.

A riqueza provém do excedente social que não foi consumido imediatamente. Dessa forma, surge a poupança que por meio dela, se faz investimentos e geram juros, os quais são bem vistos, pois são frutos do sacrifício daqueles que pouparam. Pelo fato de sempre haver preferência pelo consumo imediato do que o consumo adiado.

É o investimento do excedente social que faz a economia crescer, o que caracteriza como benéfico à sociedade o fato de que, por meio do sacrifício de alguns, toda a sociedade obterá maior renda. Essas pessoas motivadas a poupar merecem destaque pela ajuda social.

A teoria do valor utilidade baseia-se no comportamento maximizador dos indivíduos, que sempre optarão pela cesta ótima, ou seja, de acordo com os limites de sua renda e as suas preferências subjetivas os indivíduos tendem a maximizar suas escolhas. Com isso, a teoria considera a soberania do consumidor que opta pela melhor escolha.

Os homens são vistos como agentes maximizadores, que possuem relações sociais, por meio do mercado, com a intenção de maximizar seus benefícios. Quanto maior o grau de liberdade das transações maior serão os ganhos pelos agentes participantes.

A partir da teoria do valor utilidade derivam as teorias microeconômicas, macroeconômicas e econométricas. A microeconomia estuda as relações entre as famílias e as firmas. A macroeconomia estuda a economia como um todo, a partir das grandes variáveis, de inflação, desemprego, renda, juros, gasto governamentais, entre outros. A econometria é a aplicação matemática probabilística nos cenários econômicos, para realizações de modelos provisionais.

Para viabilizar o desenvolvimento das concepções neoclássicas são necessários os conceitos de *equilíbrio geral* e *coeteris paribus*, que garantem o desenvolvimento da teoria. O equilíbrio geral defini-se pela tendência da economia ao equilíbrio, o que pode ser refutado, tendo em vista as oscilações econômicas. *Coeteris paribus* é uma expressão em latim que significa tudo o mais constante, ou seja, as neoclássicas não se aplicam à dinâmica econômica, somente há aplicabilidade enquanto estática.

Capítulo 3 – Mundialização e Globalização

Este capítulo tem como objetivo aprofundar a análise teórica entre as divergências da teoria do valor utilidade e a teoria do valor trabalho a partir do aspecto de expansão do sistema capitalista que culmina no seu processo de globalização. Contudo, enquanto a teoria do valor utilidade deságua na globalização a teoria do valor trabalho é base para o conceito de mundialização.

A divergência básica que distingue os dois termos consiste em que, segundo a globalização, este estágio do capitalismo servirá para a expansão hegemônica do sistema, enquanto a mundialização demonstra o estágio atual como a fase terminal do capitalismo.

Neste capítulo o debate ideológico está baseado nas evidências causadas pelo modelo de globalização, proposto pelos países desenvolvidos e utilizado pelos países subdesenvolvidos.

O capítulo é dividido em duas partes, sendo a primeira a apresentação do conteúdo da globalização sob a teoria do valor utilidade e, a segunda a exposição da mundialização sob a teoria do valor trabalho com uma análise dos impactos mundiais causados pelo modelo da globalização.

3.1 – Globalização

A teoria do valor utilidade interpreta o processo de globalização como a expansão do sistema capitalista, que lhe dará condição de se perpetuar entre as próximas gerações.

Neste cenário idealizado não haverá divisão social entre países desenvolvidos ou subdesenvolvidos, de forma que as reais diferenças serão sintetizadas apenas, entre países “desenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

Com isso, será considerado a condição ótima de utilidade que cada agente internacional pode exercer, em um mundo sem barreiras ao comércio, incentivado pela competição e o aumento de produtividade. Sendo esses elementos fundamentais para

o funcionamento e a expansão do sistema capitalista, no qual, a inovação tecnológica e os incentivos às pesquisas e à educação serão responsáveis pelo desenvolvimento.

A produção global será segmentada, de acordo com a teoria das vantagens comparativas de Ricardo⁵ e, os agentes internacionais tenderão a se especializar em um determinado tipo de produção em que possuem vantagens em termos de produtividade aos outros agentes.

O mercado alcançará o estágio de concorrência perfeita, sob o julgo do livre comportamento de seus agentes, os quais prezariam pelo bem comum, por meio de práticas honestas de concorrência que não viessem a prejudicar eles próprios.

No mercado de concorrência perfeita não haverá pressões para aumento ou queda dos preços, pois a grande quantidade de vendedores e compradores inviabilizaria qualquer ação paralela. Os agentes terão total conhecimento das informações necessárias para tomarem as melhores decisões, de forma que não será possível a formação de economias de escala, em monopólios, oligopólios, ou qualquer tipo de dominação do mercado.

Não haverá barreiras à livre movimentação dos fatores de produção, com isso cada produtor operará com a mais alta taxa de eficiência, com menores custos e lucros mínimos necessários para mantê-los produzindo, resultando então, em uma homogeneidade da produção.

Os homens serão livres e, segundo a sua capacidade diante do mercado, concorrerão a condições equitativas de trabalho e bem estar, podendo circular por todo o globo tornando-se cidadãos globais.

⁵ A teoria das vantagens comparativas de Ricardo compreende a especialização de cada país em produtos cujos custos de produção são mais vantajosos em relação a outros países. Ou seja, no exemplo utilizado pelo próprio Ricardo, Portugal deveria dedicar-se a especialização na produção de vinhos, enquanto a Inglaterra deveria dedicar-se na produção de tecidos, pelo fato desses possuírem vantagens comparativas nos respectivos segmentos. Portanto, os países alcançariam maiores níveis de produção com menores custos e maior competitividade, e todos se beneficiariam com o comércio. Na prática esses países firmaram um acordo chamado “panos e vinhos” em que a Inglaterra beneficiou-se devido à inelasticidade de demanda por tecidos como sendo um produto de extrema necessidade, mesmo em tempos de crise, enquanto Portugal prejudicou-se devido à instabilidade de demanda por vinho, como sendo considerado um produto supérfluo em tempos difíceis.

De acordo com Stiglitz (2007), esses pressupostos farão com que a globalização dê certo, contudo, reconhece que a maneira como a globalização está sendo gerida torna-se prejudicial aos países do terceiro mundo.

A partir da década de 80, criou-se a ideologia da desregulamentação e da liberalização. Desde então, as instituições supranacionais, tais como: GATT⁶ (posteriormente deu origem à atual OMC⁷), FMI⁸, Banco Mundial⁹ e ONU¹⁰, passaram a promover a necessidade do comércio internacional para criação do mercado global. Nesse período desenvolveram-se as idéias do “Consenso de Washington”, explicado aqui como um receituário para que os países em desenvolvimento cheguem ao estágio de desenvolvidos.

O “Consenso de Washington” ocorreu em novembro de 1989. Foi um encontro entre funcionários do governo norte americano, FMI, Banco Mundial, BID¹¹, e economistas latino americanos, todos especializados em América Latina. O objetivo do encontro era avaliar os métodos econômicos utilizados pelos países dessa região e propor um novo modelo, com formato acadêmico e enorme significação simbólica, para se alcançar o desenvolvimento. Por conseguinte reafirmou a proposta neoliberal que o governo norte americano já utilizava por meio das entidades internacionais citadas, como condição para que os países da região obtivessem cooperação financeira externa.

A mudança política se dava por meio da cooptação intelectual das elites regionais, de forma que as novas propostas eram internalizadas como sendo originadas no próprio país. A imprensa nacional sob controle das elites transmitiam as novas

⁶ Acordo Geral de Tarifas e Comércio (General Agreement on Tariffs and Trade) – tratado multilateral de comércio internacional firmado em 1947 em Genebra, que possui como princípio básico o livre comércio.

⁷ Organização Mundial do Comércio – organismo substituto do GATT, porém de caráter permanente.

⁸ Fundo Monetário Internacional – agência da Organização das Nações Unidas especializada em sistema financeiro com a principal finalidade de promover a cooperação monetária no mundo capitalista.

⁹ Banco Mundial – instituição financeira ligada à ONU com a fornecedora de empréstimos e financiamentos para projetos de desenvolvimento e assistência técnica.

¹⁰ Organização das Nações Unidas - organização internacional formada por países com intuito de promover o desenvolvimento e paz mundial.

¹¹ Banco Interamericano de Desenvolvimento – instituição criada para prestar ajuda financeira para os países da América Latina e Caribe.

políticas econômicas como a “saída dos tempos difíceis” e a “modernização do mercado nacional”.

Por meio desse discurso, no Brasil foi eleito o presidente Collor com a proposta de seguir fielmente o modelo neoliberal. Publicou-se, também, um documento em agosto de 1990 pela Fiesp¹², sob o título “Livre para crescer – Proposta para um Brasil moderno”, em que são sugeridas reformas idênticas às sugeridas em Washington. No entanto, especialmente para o Brasil era sugerido que se valorizassem a agricultura exportadora, logo, que se abandone o processo de industrialização de outros setores. Batista (1994) ressalta: “o órgão máximo da indústria paulista endossa, sem ressalvas, uma sugestão de volta ao passado, de inversão do processo nacional de industrialização, como se a vocação do Brasil às vésperas do século XXI, pudesse voltar a ser a de exportador de produtos primários, como o foi até 1950”.

Dessa forma, a desregulamentação e a liberalização passaram a ser um critério de inserção dos países ao mercado global e, somente os que estivessem inseridos teriam acesso aos financiamentos do FMI e do Banco Mundial, ou aos benefícios da OMC ou, ao apoio político da ONU. Portanto, houve pressão por parte dos países desenvolvidos para que todos os outros aceitassem a nova ordem mundial da globalização.

A nova ideologia da economia mundial admitia a incapacidade do Estado de formular políticas macroeconômica, monetária e fiscal, de forma que essas deveriam ser realizadas por instituições supranacionais. Havia dúvidas até mesmo pela competência do Estado em gerir seus recursos naturais, sobretudo no caso da Amazônia brasileira em que o governo Collor concordaria que o Banco Mundial realizasse um estudo de preservação dos recursos naturais.

O Estado teria como prioridade o controle da inflação, em busca de maior estabilidade fiscal e monetária, ainda que para isso seriam necessárias medidas recessivas de contenção da demanda, mesmo que impactassem em aumento do desemprego e quedas nos salários, refletindo na marginalização da sociedade que

¹² Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – órgão de representação do sindicato dos industriais do estado.

sobreviveria miseravelmente. As reformas previam a submissão das relações políticas às ações econômicas em busca de um ambiente ideal para o capital estrangeiro.

De acordo com Batista (1994), “a premissa subjacente a essa visão neoliberal exaltada é a dogmática afirmação da existência, por um lado, de uma incompatibilidade intrínseca entre nacionalismo e livre mercado e, por outro, de uma correlação necessária entre liberalismo econômico e político”. Nessa citação evidencia-se o caráter político das reformas neoliberais, os quais se ocultam nos argumentos de “modernização”, “globalização”, assemelhando-se às certezas da ciência econômica racionalizada e sistematizada pelos neoclássicos em a teoria do valor utilidade.

Por fim, o “Consenso de Washington” baseia-se em um receituário presunçoso, limitado, altamente politizado e prejudicial a todos os países da América latina. Os interesses estavam claramente ligados à proteção do capital internacional, devido ao principal foco de estabilização monetária e equilíbrio fiscal. O diagnóstico é desrespeitoso, uma vez que o principal critério é o da localização, no qual sugerem semelhantes práticas a serem adotadas por países em diferentes níveis de desenvolvimento.

A teoria econômica utilizada sugere um retrocesso intelectual, restabelecendo a antiga teoria clássica das vantagens comparativas, sobretudo de caráter idealista sem correlação com a realidade enfrentada por esses países, que após seguirem o receituário obtiveram como resultado uma miséria histórica de sua população.

O pressuposto de funcionamento seria a suposta eficiência do mercado, o qual seria capaz de se regular sem que houvesse intervenção estatal, de forma que os homens seriam livres para escolher a melhor opção no mercado de trabalho. Essa é a ideologia do neoliberalismo, carregada de interesses políticos e econômicos das classes dirigentes para perpetuar suas prerrogativas, sob o aspecto alienador que se aplica a retórica incoerente de sua ideologia e a prática de fato exercida.

A globalização cria um sistema financeiro próprio, com características peculiares que se sobressaem na economia mundial. Atua sobre o incentivo ao setor produtivo,

tornando-o submisso aos interesses especulativos. Designado como “financeirização” intervém em grandes corporações por meio da governança corporativa.

Governança corporativa é a introdução da figura do acionista nas relações que, antes se faziam entre o empregador e o empregado, e agora se fazem entre os acionistas, os dirigentes de empresas e os assalariados. Com o principal objetivo de otimizar o processo produtivo, entretanto, os acionistas não possuem relação direta com a produção, apenas estão interessados na quantidade de dividendos que obterão com a renda do título de determinada empresa.

A governança corporativa caracteriza o novo regime de acumulação com dominância financeira, sintetizado no termo “financeirização”, como sendo a etapa particular do capitalismo global.

O estilo de acumulação é orientado pelas novas formas de centralização de grandes capitais financeiros em fundos de pensão, fundos mútuos e fundos equity¹³, obcecados pela alta rentabilidade e liquidez, mantendo o anonimato de seus administradores e caracterizando-se a personificação do “novo capitalismo”. A produção cria riqueza, mas a esfera financeira divide a riqueza criada.

Os grandes grupos industriais conectam as dimensões produtivas e as financeiras de tal forma que se tornam grupos financeiros de predominância industrial. Com isso, o movimento financeiro é intrínseco aos grandes grupos industriais, esses acabam optando pela criação de bancos próprios, além de aplicações em ativos financeiros. O resultado é a interconexão do mercado de câmbio e o mercado de obrigações privadas, de tal modo que os movimentos financeiros ditam as taxas cambiais mundiais. O exemplo disso no Brasil é o segmento de farmácias, onde a maioria das redes farmacêuticas pertence a um fundo de investimento, além do segmento de bebidas, em que as maiores cervejarias do país, também são controladas por um fundo de investimento.

¹³ Fundos especializados em compras ou fusões de grandes empresas.

A “financeirização” e governança corporativa são a presença do capital financeiro na esfera produtiva, analisando a produção apenas como um ativo financeiro, aplicando a “engenharia financeira” para, cada vez mais, difundir a globalização do capital.

Nesse processo o desenvolvimento das tecnologias da informação (TI), da internet e das telecomunicações é fundamental para viabilizar a integração global, de forma que, se não houvesse a atual modernização dessas tecnologias não haveria globalização.

3.2 – Mundialização

A mundialização é a crítica à teoria da globalização, a qual compreende a suposta expansão do capitalismo como o estágio terminal desse sistema. Essa tese baseia-se nos resultados causados pela economia global, os quais divergem e não estão previstos na teoria da globalização e, portanto, revela-se a incoerência com que a teoria interpreta a realidade e pressupõe o desenvolvimento mundial.

A teoria da mundialização origina-se da teoria do valor trabalho, nos conflitos sociais, na luta de classes e da exploração social. Transpondo-se para o contexto internacional essa mesma teoria se aplica nas relações entre os países, em que países desenvolvidos detêm o controle dos modernos meios de produção e as sedes das multinacionais enquanto, os países subdesenvolvidos ofertam apenas bens agrícolas e mão de obra barata, além das filiais das grandes empresas nesses países remeterem o lucro para suas matrizes, formando-se então, relações internacionais hierarquizadas, nas quais países desenvolvidos exploram países subdesenvolvidos.

Entretanto, pode-se afirmar que cada vez mais a produção mundial está independente dos Estados, pois as grandes sociedades anônimas detêm a escolha e controle dos fatores produtivos, bastando aos Estados apenas concorrerem entre si para atraírem o investimento desses agentes.

Com isso, a segmentação produtiva prevista pela teoria das vantagens comparativas se dá apenas no interior desses organismos, em que se busca a melhor

vantagem oferecida por cada país, dessa forma especializam-se em atividades regionais.

Nesse processo o livre comércio se dá quase que inteiramente intrafirma, como no caso da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que foi um projeto proposto pelos Estados Unidos em 1994 para que se eliminassem as barreiras alfandegárias entre 34 países americanos, contudo o projeto encontra-se inativado devido à oposição do Brasil e dos países do MERCOSUL que prevêem dificuldades em integrar suas economias tendo em vista a competição direta com os Estados Unidos. No qual, a maior parte do comércio nos países integrantes se dá entre as próprias multinacionais, porém fragmentadas em diferentes sedes especializadas da região.

Tabela 1 – Comércio intrafirma dos maiores exportadores, por principais setores exportadores para a ALCA - Ano: 2001

| Empresa/Setor | Em milhares de dólares | | | | | Em percentagem | | | | | Local da Matriz |
|-------------------------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------|---------|----------------|---------------------|---------------|---------------|--------|-----------------|
| | Total do Comércio | Comércio intrafirma | | | Outros | Total | Comércio intrafirma | | | Outros | |
| | | Total | Matriz-Filial | Entre filiais | | | Total | Matriz-Filial | Entre filiais | | |
| Maior exportadora do setor 34 | 1.247.897 | 1.182.248 | 0 | 1.182.248 | 88.152 | 100,00 | 94,74 | 0,00 | 94,74 | 5,26 | Alemanha |
| Maior exportadora do setor 29 | 187.914 | 156.697 | 158.694 | 1.003 | 28.217 | 100,00 | 84,98 | 84,45 | 0,53 | 15,02 | EUA |
| Maior exportadora do setor 15 | 124.954 | 21.523 | 180 | 21.343 | 103.431 | 100,00 | 17,22 | 0,14 | 17,08 | 82,72 | EUA |
| Maior exportadora do setor 32 | 700.914 | 451.060 | 444.895 | 6.165 | 249.854 | 100,00 | 64,35 | 63,47 | 0,88 | 35,65 | EUA |

Nota: o nome da empresa foi mascarado por força do sigilo fiscal.

Setor 15 - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Setor 29 - Fabricação de máquinas e equipamentos

Setor 32 - Fabricação de material eletrônico e equipamento de comunicação

Setor 34 - Fabricação e montagem de veículos automotores

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2011.

Essa tabela refere-se a um documento divulgado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil denominado “O comércio do Brasil com os países da ALCA no

período de 1997 a 2000”, atualizada para 2001 (pode-se consultar os anexos A e B, de exportações e importações do Brasil com os países da ALCA).

Nele demonstra-se que, 94,74% das exportações da maior exportadora do setor 34 – fabricação e montagem de veículos automotores – foram intrafirmas. A maior exportadora do setor 29 – fabricação de máquinas e equipamentos – utilizou 84,98% de suas exportações intrafirma. No setor 15 – fabricação de produtos alimentícios e bebidas – 17,22% das exportações da empresa que mais exportou do setor foram intrafirmas. Por último, 64,35% das exportações da maior exportadora do setor 32 – fabricação de material eletrônico e equipamento de comunicação – se fez intrafirmas.

Comprova-se o comércio intrafirmas também, no âmbito das importações apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 2 - Comércio intrafirma dos maiores importadores, por principais setores importadores da ALCA - Ano: 2001

| Empresa/Setor | Em Milhares de Dólares | | | | | Em Percentagem | | | | | Local da Matriz |
|-------------------------------|------------------------|---------------------|---------------|---------------|---------|----------------|---------------------|---------------|---------------|--------|-----------------|
| | Total do Comércio | Comércio Intrafirma | | | Outros | Total | Comércio Intrafirma | | | Outros | |
| | | Total | Matriz-Filial | Entre Filiais | | | Total | Matriz-Filial | Entre Filiais | | |
| Maior importadora do setor 24 | 203.403 | 197.104 | 129.215 | 67.889 | 6.299 | 100,00 | 96,90 | 63,53 | 33,38 | 3,10 | Estados Unidos |
| Maior importadora do setor 34 | 564.139 | 558.635 | 553.537 | 5.098 | 5.504 | 100,00 | 99,02 | 98,12 | 0,90 | 0,98 | Estados Unidos |
| Maior importadora do setor 15 | 171.520 | 14.963 | 0 | 14.963 | 156.557 | 100,00 | 8,72 | 0,00 | 8,72 | 91,28 | Bermudas |
| Maior importadora do setor 32 | 367.205 | 229.402 | 45.745 | 183.657 | 137.803 | 100,00 | 62,47 | 12,46 | 50,01 | 37,53 | Estados Unidos |

Nota: o nome da empresa foi mascarado por força do sigilo fiscal.

Setor 15 - Fabricação de produtos alimentícios e bebidas

Setor 24 – Fabricação de produtos químicos

Setor 32 – Fabricação de material eletrônico

Setor 34 - Fabricação e montagem de veículos

Fonte: Secretaria da Receita Federal do Brasil, 2011.

O caso das importações assemelha-se as exportações, pois a maior importadora do setor 24 – fabricação de produtos químicos – utilizou 96,90% de suas importações no comércio intrafirmas. No setor 34 – fabricação e montagem de veículos – a empresa que mais importou, teve como origem 99,02% de suas importações provenientes do comércio intrafirmas. No setor 15 – fabricação de produtos alimentícios e bebidas – a

maior empresa importadora, teve como origem intrafirmas 8,72% de suas importações. Finalmente, a empresa que mais importou do setor 32 – fabricação de material eletrônico - importou 62,47% de produtos originados do comércio intrafirma.

Os dados das tabelas, dos maiores exportadores e importadores do Brasil, indicam que os verdadeiros agentes do comércio internacional são as grandes multinacionais e o livre mercado se dá quase que inteiramente intrafirmas.

Quanto à oferta de crédito, renunciou a viabilização da inovação tecnológica e se tornou o dirigente do processo produtivo. O capital especulativo, centralizado nos grandes fundos, por meio da governança corporativa, passou a ditar as regras do modo de produção com o principal foco de aumentar os rendimentos dos seus títulos.

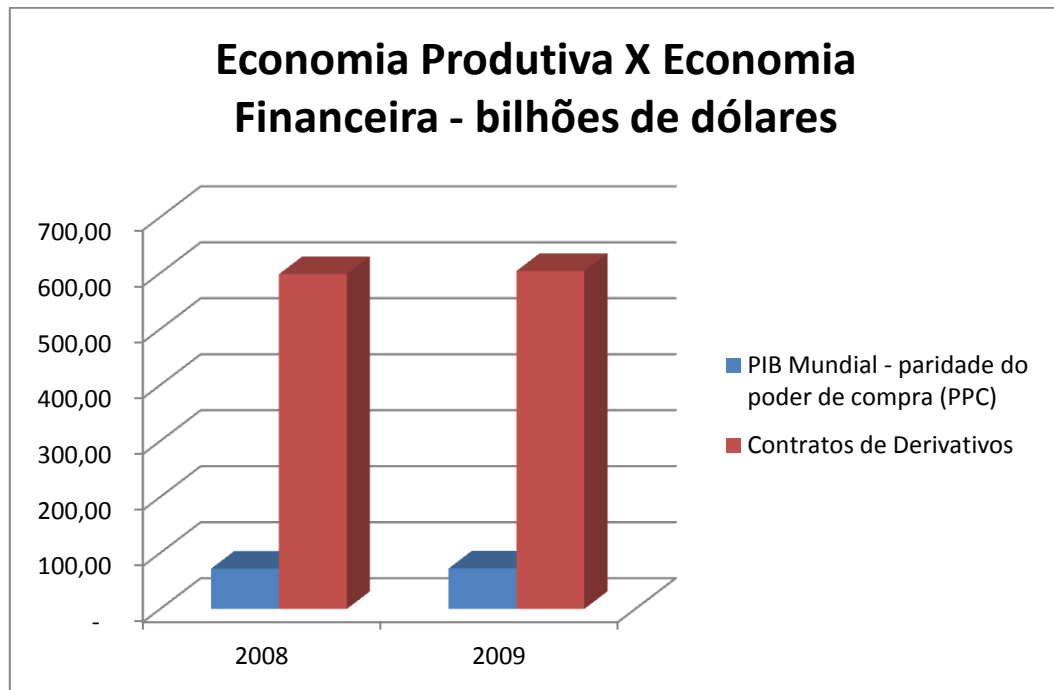
A origem distinta do acionista enrijece as relações entre os agentes de produção, com isso os trabalhadores são pressionados a maior intensidade de exploração do trabalho, pois estão sujeitos a demissões em massa e a forte tendência de queda no nível dos salários.

O objetivo único do acionista é valorizar seus ativos industriais do mesmo modo que se valorizam os ativos financeiros, de forma que as consequências sobre os níveis do emprego ou de bem estar social não lhe parecem importantes, portanto, a instabilidade dos interesses especulativos prejudica o desenvolvimento do setor produtivo.

A relação entre capital produtivo e o capital financeiro é conflituosa, de forma que os grandes fundos ditam as estratégias de investimento e as políticas econômicas, os agentes produtivos são pressionados a realizarem ações a favor da especulação.

No gráfico a seguir demonstra-se o descolamento da economia financeira com relação à economia produtiva, pois em 2008 e 2009 o PIB¹⁴ mundial manteve-se pouco acima dos 72 trilhões de dólares ao ano, enquanto no mesmo período a negociação de contratos de derivativos ultrapassou os 600 trilhões de dólares ao ano.

¹⁴ Produto Interno Bruto.



Fonte: PIB mundial – Ipeadata; Derivativos – BIS (Vide Anexo C), 2011.
Elaborado pelo autor.

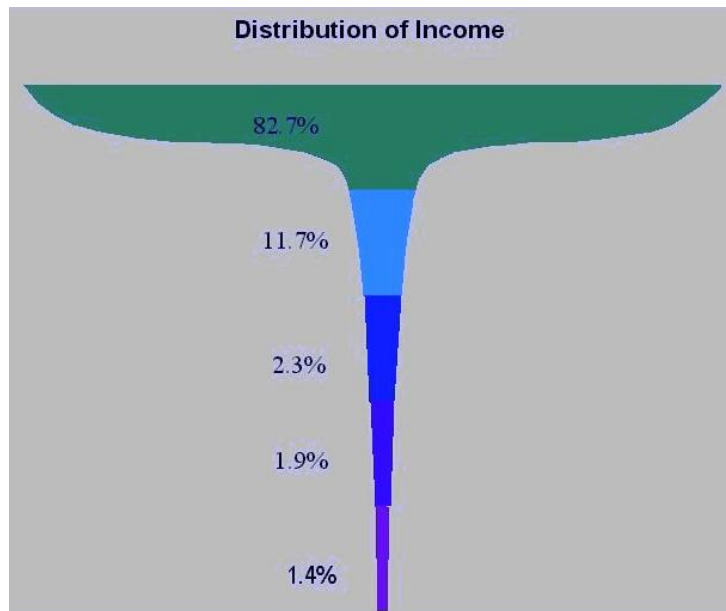
Pode-se concluir que apenas 12% dos contratos negociados poderão vir a existir, com isso evidencia-se a formação de compras e vendas fictícias, que em algum momento resultarão em verdadeiras crises.

De acordo com Chesnais (1996), financeirização é um regime de acumulação “autônomo” submetido à finança e à vertigem de se fazer dinheiro sem o processo de produção.

Após as repetidas crises mundiais, comprova-se evidentemente que a teoria do livre mercado trata-se de uma utopia, na qual os agentes não devem ser livres, pois não sabem se comportar e levariam a falência de qualquer sistema econômico.

O sistema mundial funcionaria perfeitamente segundo a teoria da globalização, no entanto a realidade diverge da teoria, no gráfico a seguir estão demonstrados os níveis de concentração de renda, no qual 20% da população mundial se apropria de 82,7% da renda mundial, e os outros 60% da população detêm apenas 5,6% de toda a renda. Os níveis de concentração de renda são absurdos e representam a falência da

teoria da globalização, que exclui bilhões de pessoas em função do bem estar de apenas uma minoria, de forma que se torna insustentável a manutenção dessa ordem.



Fonte: Relatórios de Desenvolvimento Humano (1992, p. 35 e 2005 p. 37,) em Dowbor (2011).

Assim como descreve Paulo Resende¹⁵, “a elevação das fronteiras nacionais, a partir do século XVI, suscitou o que podemos chamar de globalização perversa, filha legítima da lógica do capitalismo, como nítida conformação arbórea, com tronco europeu, e ramificações periféricas, cujos frutos foram cozidos a ferro e fogo no caldeirão colonial... É uma mundialização de conflitos entre imperialismos concorrentes, que deságuam na trágica mundialização dos campos de luta das guerras mundiais da primeira metade do século XX.” O autor demonstra a verticalidade das relações internacionais, que existem desde o período colonial, nas quais o hemisfério norte hierarquizado explora o hemisfério sul.

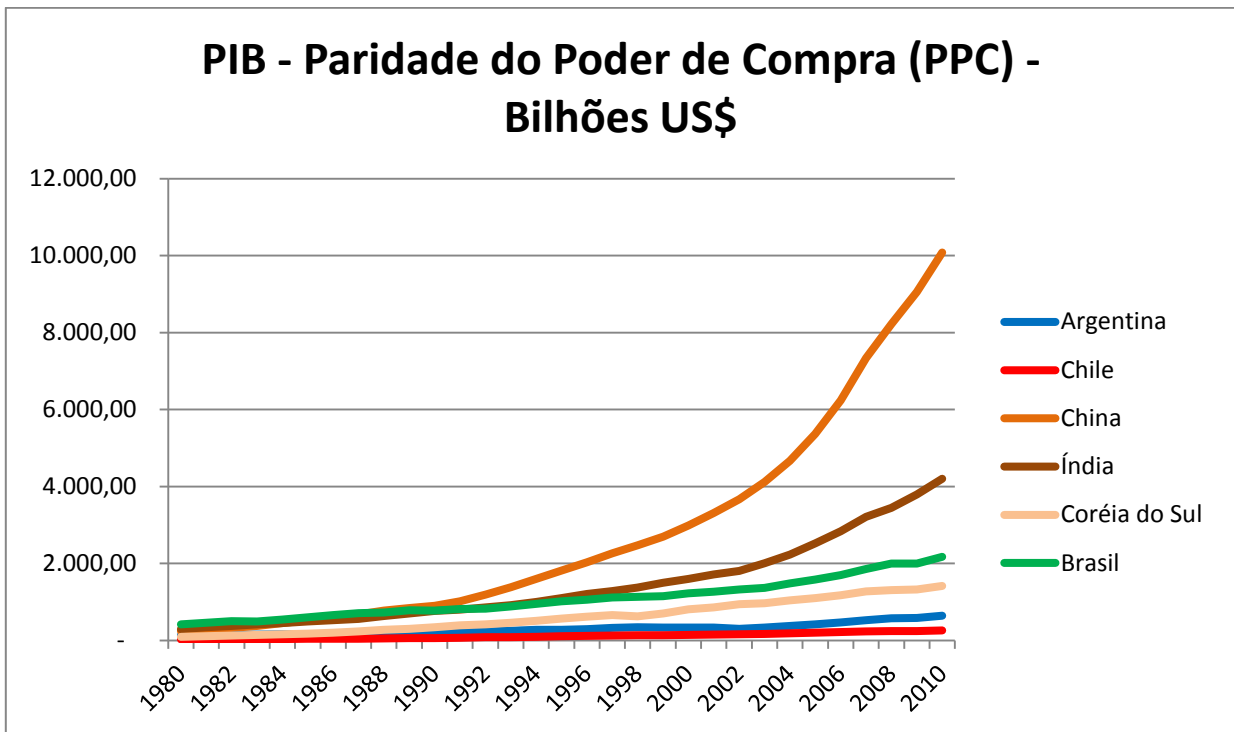
Essa abordagem explica exatamente a capacidade inata de expansão do capitalismo mundial, que se formou nos nichos dos países desenvolvidos e abrangeu todos os continentes. Em um primeiro estágio de expansão busca-se mão de obra e matéria primas barata para diminuir os custos de produção, após essa fase buscam-se mercados consumidores dependentes, de forma que se assegure a demanda.

¹⁵ RESENDE, Edgar. “A federação como alternativa democrática nas relações entre as nações”.

O capitalismo é por vocação centralizador e desigual, sendo demonstrado nas micro relações de produção que se fazem entre o trabalhador e o proprietário dos meios de produção que, extrai a mais valia do trabalhador. No âmbito internacional as relações passam a ser entre países, porém a forma de se criar valor é a mesma, a partir da capacidade de explorar a ineficiência de desenvolvimento do outro, portanto, as relações internacionais são delimitadas pelo mesmo princípio de expropriação de que as relações de produção. Com isso, forma-se a hierarquização das relações mundiais, nas quais o agente que possui os meios de produção será mais beneficiado do que o agente que não os dispõe.

Contudo, a hierarquização, de acordo com Chesnais (1996), é acentuada pela mundialização do capital produtivo juntamente com a pretensão de expansão do capital financeiro. O lucro da produção promove a expansão do capital produtivo por meio do investimento externo direto (IED) e, o lucro dos dividendos ocorre por meio dos movimentos especulativos de capitais financeiros. Dessa forma, caracterizam-se a necessidade da ideologia neoliberal de se pregar a liberalização e a desregulamentação, em busca de um mercado regulador.

No gráfico a seguir compara-se o crescimento do PIB de países latino americanos, que adotaram o modelo de desenvolvimento econômico baseado nas práticas neoliberais do “Consenso de Washington”, com o PIB de países asiáticos e Índia, que não utilizaram essas práticas.



Fonte: Ipeadata, 2011. Elaborado pelo autor.

Em 1980 dentre os países analisados o Brasil possuía o maior PIB com US\$ 418 bilhões, logo estava seguido da Índia com US\$ 293 bilhões, depois a China com US\$ 245 bilhões, Argentina com US\$ 135 bilhões, Coréia do Sul com US\$ 90 bilhões e Chile com US\$ 28 bilhões.

Nota-se que a partir dos anos 90 o PIB dos países latinos americanos é ultrapassado pelo PIB dos outros países, restando apenas o Brasil mantendo-se a frente da Coréia do Sul. Portanto, comprova-se a falência do modelo neoliberal que, enquanto os países latinos americanos, utilizando esse modelo, obtiveram pequenas taxas de crescimento ou quase estagnação, no mesmo período os outros países cresceram enormemente.

As incoerências no âmbito social, econômico e ideológico do processo de globalização geram verdadeiras falhas que, cada vez mais, se tornam profundas ao sistema, até chegar o momento em que essas falhas tornarão insustentável a permanência desse sistema e levarão a total ruptura dessa ordem.

Conclusão

Esse trabalho foi baseado no debate teórico entre as duas teorias do valor, de forma que, a evolução do pensamento econômico se dá por meio das diferentes compreensões dos fenômenos econômicos. O enriquecimento da teoria econômica surge por meio das divergências entre os autores, com isso, no campo teórico não se pode inferiorizar ou criar verdades absolutas como se não houvesse melhores alternativas.

A complexidade da discussão teórica, aqui exposta, exige um grande esforço e aprofundamento, pois as duas teorias apresentadas compõem o principal núcleo da teoria econômica. Portanto, a análise se restringiu à interpretação do atual estágio do capitalismo, sob os termos globalização, designado pela teoria do valor utilidade e mundialização, conforme a teoria do valor trabalho.

O processo de globalização descrito pela teoria do valor utilidade, em tese seria benéfico à sociedade, pois a especialização segmentada da produção global elevaria a mais alta taxa de produção e de competição do mercado. A livre circulação dos fatores de produção tornaria os homens cidadãos globais. O sistema financeiro, por meio do crédito, fomentaria o investimento em inovações tecnológicas e, cada vez mais, haveria evolução das ciências humanas, biológicas e exatas.

No entanto, a realidade obtida com a globalização diverge, em muito, da teoria proposta. A produção segmentada se dá, quase que inteiramente, intrafirmas. O mercado é totalmente centralizado nas multinacionais. Ressalta-se a ineficiência do livre mercado, em que os grandes exportadores e importadores, comercializam para si mesmos, por meio do livre comércio intrafirmas. O sistema financeiro, ao invés de fomentar a inovação tecnológica e o desenvolvimento das ciências, acaba criando uma economia totalmente descolada da economia real, de compras e vendas fictícias. A especulação sem limites cria verdadeiras fábulas econômicas que, conflitando-se com a economia real, resultam em crises de ordem financeira.

Após análise da correlação entre a teoria que apresenta a globalização e os reais efeitos por ela causados, comprova-se a incoerência da teoria com a realidade.

De forma que, a persistência na teoria da globalização, por parte de grandes intelectuais, justifica-se somente, por meio dos interesses políticos e morais, em defesa dos direitos individuais.

Evidencia disso foi o “Consenso de Washington”, que com a excelente proposta de desenvolver toda América Latina, resultou em estagnação ou recessão de diversos países do continente. Especialmente, no caso brasileiro, antes do país adotar as políticas econômicas desse receituário, encontrava-se com o dobro do PIB da China e muito à frente do PIB da Índia.

No entanto, a partir do uso das políticas receitadas o país deixa de crescer, o que representa miséria para um país subdesenvolvido, sendo brutalmente ultrapassado pelo PIB chinês e indiano. Pode-se acreditar que, se o país não utilizasse o receituário, estaria em um nível muito acima do seu PIB atual, pois China e Índia não utilizaram e obtiveram um elevado crescimento econômico.

No âmbito social é ainda mais preocupante, pois não se trata de utilizar as políticas econômicas certas ou erradas, ainda que, com isso possa minimizar ou maximizar os prejuízos sociais, contudo, o desenvolvimento do capitalismo baseia-se na concentração de renda, na expropriação dos direitos de muitos para o bem estar de poucos.

A exploração social caracteriza o desenvolvimento de nichos extremamente desenvolvidos em torno do mundo, enquanto a maior parte do planeta continua no subdesenvolvimento. É incoerente, ineficiente e injusta, a pirâmide social inversa da sociedade capitalista. Com a base e seu nível intermediário, extremamente estreito e o topo assustadoramente largo. Isso representa que, menos de um terço da população mundial tem acesso a bens e direitos que nunca serão distribuídos para os dois terços restantes.

Essa é a prerrogativa do atual sistema capitalista e o principal objetivo desse trabalho foi despertar, por meio da indignação, as necessidades de evolução social, de evolução da teoria econômica e principalmente, de evolução do bem estar da sociedade.

Anexo A

Exportações brasileiras para os demais países da ALCA, em US\$ mil FOB

| PAÍS | ANO | | | | | Variação |
|----------------------|-----------|-----------|------------|------------|------------|-----------|
| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | Média (%) |
| Antígua e Barbuda | 1.439 | 1.764 | 1.767 | 739 | 1.183 | 6,16 |
| Argentina | 6.757.381 | 6.738.573 | 5.352.391 | 6.224.108 | 4.993.051 | -6,09 |
| Bahamas | 2.102 | 16.017 | 18.217 | 26.689 | 11.327 | 166,17 |
| Barbados | 17.798 | 16.684 | 10.252 | 15.979 | 8.282 | -9,28 |
| Belize | 1.296 | 1.132 | 2.806 | 1.986 | 3.139 | 41,01 |
| Bolívia | 720.476 | 675.433 | 442.842 | 363.236 | 333.220 | -16,73 |
| Canadá | 583.623 | 542.811 | 512.437 | 564.889 | 553.827 | -1,08 |
| Chile | 1.194.781 | 1.021.217 | 893.801 | 1.244.322 | 1.350.088 | 5,18 |
| Colômbia | 504.818 | 466.124 | 398.070 | 512.960 | 604.805 | 6,13 |
| Costa Rica | 70.199 | 84.029 | 85.899 | 118.734 | 100.045 | 11,1 |
| Dominica | 1.015 | 1.196 | 802 | 768 | 757 | -5,2 |
| República Dominicana | 73.139 | 141.347 | 136.474 | 131.442 | 129.895 | 21,24 |
| El Salvador | 29.635 | 28.498 | 35.472 | 41.432 | 52.039 | 15,76 |
| Equador | 170.991 | 202.615 | 103.305 | 132.877 | 210.376 | 14,11 |
| Estados Unidos | 9.258.442 | 9.735.799 | 10.639.751 | 12.958.308 | 14.137.062 | 11,33 |
| Granada | 729 | 989 | 1.084 | 1.217 | 1.578 | 21,80 |
| Guatemala | 65.322 | 91.304 | 75.763 | 76.686 | 81.720 | 7,63 |
| Guiana | 8.240 | 5.573 | 4.606 | 4.616 | 6.163 | -4 |

| | | | | | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| Haiti | 9.600 | 8.288 | 9.093 | 17.256 | 23.357 | 30,29 |
| Honduras | 28.322 | 32.635 | 35.110 | 31.519 | 34.715 | 5,68 |
| Jamaica | 30.587 | 26.862 | 49.317 | 40.342 | 59.785 | 25,35 |
| México | 827.560 | 999.372 | 1.065.616 | 1.708.791 | 1.863.406 | 24,2 |
| Nicarágua | 5.384 | 14.622 | 13.166 | 9.242 | 12.961 | 43,02 |
| Panamá | 279.179 | 85.988 | 80.252 | 81.616 | 105.024 | -11,37 |
| Paraguai | 1.406.464 | 1.245.379 | 741.772 | 831.547 | 720.014 | -13,3 |
| Peru | 359.980 | 364.006 | 263.487 | 352.449 | 285.437 | -2,94 |
| Porto Rico | 131.165 | 124.167 | 173.419 | 185.292 | 188.161 | 10,68 |
| Santa Lúcia | 1.227 | 1.545 | 1.352 | 50.853 | 175.554 | 979,99 |
| São Cristóvão e Neves | 9 | 21 | 28 | 90 | 116 | 104,25 |
| São Vicente e Granadinas | 1.718 | 1.702 | 1.768 | 1.168 | 1.390 | -3 |
| Suriname | 14.802 | 11.931 | 6.623 | 6.830 | 9.290 | -6,1 |
| Trinidad e Tobago | 71.402 | 74.692 | 81.337 | 92.546 | 96.630 | 7,92 |
| Uruguai | 868.334 | 880.332 | 669.254 | 666.652 | 640.874 | -6,71 |
| Venezuela | 766.241 | 702.834 | 531.266 | 747.275 | 1.081.362 | 13,17 |
| TOTAL | 24.263.401 | 24.345.481 | 22.438.600 | 27.244.457 | 27.876.633 | 4,06 |

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Alca/Tabelas/tab13.htm>, 2011.

Anexo B

Importações brasileiras dos demais países da ALCA, em US\$ mil fob

| PAÍS | ANO | | | | | Variação |
|----------------------|------------|------------|------------|------------|------------|-----------|
| | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | Média (%) |
| Antígua e Barbuda | 2.315 | 342 | 59 | 10 | 16 | -47,76 |
| Argentina | 7.939.716 | 8.023.519 | 5.813.421 | 6.851.457 | 6.205.782 | -4,51 |
| Bahamas | 7.549 | 7.446 | 14.561 | 1.054 | 2.699 | 39,38 |
| Barbados | 194 | 1.751 | 151 | 7.658 | 6.052 | 1415,44 |
| Belize | 9 | 110 | 30 | 265 | 163 | 448,58 |
| Bolívia | 26.276 | 22.361 | 23.149 | 140.289 | 256.105 | 144,30 |
| Canadá | 1.414.343 | 1.334.185 | 973.489 | 1.089.687 | 925.724 | -8,95 |
| Chile | 973.374 | 816.614 | 719.410 | 977.128 | 856.892 | -1,12 |
| Colômbia | 122.105 | 105.484 | 186.821 | 416.055 | 188.026 | 32,85 |
| Costa Rica | 2.278 | 6.238 | 7.322 | 30.486 | 36.660 | 131,96 |
| Dominica | 2 | 140 | 202 | 0 | 12 | - |
| República Dominicana | 6.423 | 4.287 | 2.514 | 2.011 | 1.749 | -26,91 |
| El Salvador | 1.314 | 5.841 | 144 | 285 | 172 | 76,31 |
| Equador | 27.605 | 33.319 | 19.094 | 18.642 | 17.566 | -7,53 |
| Estados Unidos | 13.690.987 | 13.505.996 | 11.736.332 | 12.942.695 | 12.884.720 | -1,16 |
| Granada | 69 | 457 | 142 | 386 | 149 | 150,96 |
| Guatemala | 4.684 | 703 | 664 | 986 | 725 | -17,13 |
| Guiana | | 9 | 11 | 75 | 26 | - |

| | | | | | | |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------|
| Haiti | 120 | 90 | 24 | 46 | 8 | -22,32 |
| Honduras | 94 | 100 | 160 | 692 | 401 | 89,21 |
| Jamaica | 1.751 | 1.115 | 209 | 1.142 | 37 | 58,02 |
| México | 1.172.662 | 982.467 | 617.510 | 756.350 | 695.254 | -9,74 |
| Nicarágua | 4 | 9 | 97 | 46 | 8 | 241,9 |
| Panamá | 29.545 | 27.539 | 20.309 | 16.105 | 23.775 | -1,53 |
| Paraguai | 517.549 | 350.580 | 260.360 | 351.790 | 300.187 | -9,39 |
| Peru | 267.064 | 216.868 | 192.434 | 211.942 | 231.291 | -2,7 |
| Porto Rico | 195.373 | 182.739 | 142.070 | 139.579 | 144.349 | -6,76 |
| Santa Lúcia | 19 | 16 | 4 | 0 | 0 | - |
| São Cristóvão e Neves | 0 | 2 | 2 | 3 | 59 | - |
| São Vicente e Granadinas | 371 | 0 | 0 | 0 | 0 | - |
| Suriname | 0 | 2.266 | 3.556 | 0 | 108 | - |
| Trinidad e Tobago | 11.552 | 9.171 | 20.936 | 44.157 | 13.294 | 37,17 |
| Uruguai | 966.991 | 1.042.072 | 646.607 | 605.500 | 502.877 | -13,37 |
| Venezuela | 1.005.437 | 755.562 | 974.412 | 1.327.892 | 746.909 | -0,84 |
| TOTAL | 28.387.777 | 27.439.396 | 22.376.205 | 25.934.415 | 24.041.794 | -3,30 |

Fonte: <http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Alca/Tabelas/tab13.htm>, 2011.

ANEXO C.

| Table 19: Amounts outstanding of over-the-counter (OTC) derivatives | | | | | | | | | | |
|--|------------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|---------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| By risk category and instrument | | | | | | | | | | |
| In billions of US dollars | | | | | | | | | | |
| Risk Category / Instrument | Notional amounts outstanding | | | | | Gross market values | | | | |
| | Dec 2008 | Jun 2009 | Dec 2009 | Jun 2010 | Dec 2010 | Dec 2008 | Jun 2009 | Dec 2009 | Jun 2010 | Dec 2010 |
| Total contracts | 598,147 | 594,553 | 603,900 | 582,655 | 601,048 | 35,281 | 25,298 | 21,542 | 24,673 | 21,148 |
| Foreign exchange contracts | 50,042 | 48,732 | 49,181 | 53,125 | 57,798 | 4,084 | 2,470 | 2,070 | 2,524 | 2,482 |
| Forwards and forex swaps | 24,494 | 23,105 | 23,129 | 25,625 | 28,434 | 1,830 | 870 | 683 | 925 | 886 |
| Currency swaps | 14,941 | 15,072 | 16,509 | 16,347 | 19,271 | 1,633 | 1,211 | 1,043 | 1,187 | 1,235 |
| Options | 10,608 | 10,555 | 9,543 | 11,153 | 10,092 | 621 | 389 | 344 | 411 | 362 |
| Interest rate contracts | 432,657 | 437,228 | 449,875 | 451,831 | 465,260 | 20,087 | 15,478 | 14,020 | 17,533 | 14,608 |
| Forward rate agreements | 41,561 | 46,812 | 51,779 | 56,242 | 51,587 | 165 | 130 | 80 | 81 | 206 |
| Interest rate swaps | 341,128 | 341,903 | 349,288 | 347,508 | 364,378 | 18,158 | 13,934 | 12,576 | 15,951 | 13,001 |
| Options | 49,968 | 48,513 | 48,808 | 48,081 | 49,295 | 1,764 | 1,414 | 1,364 | 1,501 | 1,401 |
| Equity-linked contracts | 6,471 | 6,584 | 5,937 | 6,260 | 5,635 | 1,112 | 879 | 708 | 706 | 648 |
| Forwards and swaps | 1,627 | 1,678 | 1,652 | 1,754 | 1,828 | 335 | 225 | 176 | 189 | 167 |
| Options | 4,844 | 4,906 | 4,285 | 4,506 | 3,807 | 777 | 654 | 532 | 518 | 480 |
| Commodity contracts | 4,427 | 3,619 | 2,944 | 2,852 | 2,922 | 955 | 682 | 545 | 457 | 526 |
| Gold | 395 | 425 | 423 | 417 | 396 | 65 | 43 | 48 | 44 | 47 |
| Other commodities | 4,032 | 3,194 | 2,521 | 2,434 | 2,525 | 890 | 638 | 497 | 413 | 479 |
| Forwards and swaps | 2,471 | 1,715 | 1,675 | 1,551 | 1,781 | | | | | |
| Options | 1,561 | 1,479 | 846 | 883 | 744 | | | | | |
| Credit default swaps | 41,883 | 36,098 | 32,693 | 30,261 | 29,898 | 5,116 | 2,973 | 1,801 | 1,666 | 1,351 |
| Single-name instruments | 25,740 | 24,165 | 21,917 | 18,494 | 18,145 | 3,263 | 1,950 | 1,243 | 993 | 884 |
| Multi-name instruments | 16,143 | 11,933 | 10,776 | 11,767 | 11,753 | 1,854 | 1,023 | 559 | 673 | 467 |
| of which index products | ... | ... | ... | 7,500 | 7,476 | | | | | |
| Unallocated | 62,667 | 62,291 | 63,270 | 38,327 | 39,536 | 3,927 | 2,816 | 2,398 | 1,788 | 1,532 |
| Memorandum Item: | | | | | | | | | | |
| Gross Credit Exposure | | | | | | 5,005 | 3,744 | 3,521 | 3,578 | 3,342 |

Fonte: BIS – BANK FOR INTERNACIONAL SETTLEMENTS, 2011.

Bibliografia

ALMEIDA JUNIOR, Antonio Carneiro e Ribeiro, Nelson Rosas. *A rotação do capital: uma contra tendência à queda da taxa de lucro*. Artigo publicado no XIII encontro nacional de Economia Política, 2010.

ARAÚJO, Carlos Roberto Vieira. *História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1988.

BATISTA, Paulo Nogueira. *O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino americanos*. Programa Educativo Dívida Externa – PEDEX como Caderno Dívida Externa nº 6, setembro de 1994.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Melo. *Valor e Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, S/D.

CHANG, HA – JOON. *Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*; tradução Luiz Antônio Oliveira de Araújo. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

CHESNAIS, FRANÇOIS. *A mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

DOWBOR, Ladislau. *Palestra: Crises e Oportunidades*. Semana do economista. PUC-SP, campus de Barueri, data 03 de Outubro de 2011.

DENIS, Henri. *História do pensamento econômico*; tradução Antonio Borges Coelho. Printer Portuguesa, Lisboa – PT, 2000.

FIORI, JOSÉ LUIZ. *O poder global e a nova geopolítica das nações*. São Paulo: Boitempo, 2007.

HUNT, E. K. *História do pensamento econômico*. São Paulo: Campus, 1982.

HUNT HOWARD, E.K e J. Sherman. *História do pensamento econômico*. 8 edição, Petrópolis-RJ: Vozes, 1990.

MARSHALL, Alfred. *Princípio de economia: tratado introdutório*; 2º edição, São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, KARL. *O capital: crítica da economia política: livro I* / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 24 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O capital: crítica da economia política: livro II* / Karl Marx; tradução de Reginaldo Sant'Anna. – 21 edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *Salário, Preço e Lucro*. 1º edição Tradução Eduardo Saló, Edipro, 2004.

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo e Marx*. 8º Edição: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

RESENDE, Paulo Edgar A. “A federação como alternativa democrática nas relações entre as nações”. S/D.

RUBIN, I. I. *Teoria marxista do valor*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

SANDRONI, Paulo. *Novíssimo Dicionário de Economia*. São Paulo: Best Seller, 1999.

SANDRONI, Paulo. *O que é mais-valia*. São Paulo, 14º Edição: Brasiliense, 2005.

SINGER, Paul. *Curso de introdução à economia política*. 16 Edição. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996.

STIGLITZ, JOSEPH E. *Globalização: como dar certo*. Tradução Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2007.

HILLCOAT, GUILHERMO. Palestra: *Mundialização*. Semana dos grupos de pesquisa do departamento de economia. PUC-SP, data 26 de Abril de 2011.

BORBA, J. T.; SAWAYA, Rubens. Palestra: *Instabilidade e crise*. Semana dos grupos de pesquisa do departamento de economia. PUC-SP, data 28 de Abril de 2011.

XVI ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, Dilemas do Desenvolvimento Brasileiro. SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, data 21 a 24 de junho de 2011, Universidade Federal de Uberlândia.

Sites:

<http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/conheca-a-onu/> - 07/09/11

<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/EXTABOUTUS/0,,pagePK:50004410~piPK:36602~theSitePK:29708,00.html> – 07/09/11

<http://www.imf.org/external/about.htm> – 07/09/11

http://www.wto.org/spanish/thewto_s/whatis_s/whatis_s.htm – 07/09/11

http://www.unctad.org/pt/docs/edmmisc232add33_pt.pdf – 07/09/11

<http://www.fiesp.com.br/> - 26/09/11

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aduana/Alca/> - 22/10/11

<http://www.camara.gov.br/mercosul/blocos/ALCA.htm> - 22/10/11

http://www.bis.org/publ/otc_hy1105.htm